



ESCALA BUCÓLICA

Ministério Público Federal tenta barrar novas agressões ao tombamento de Brasília: na 110 Norte, estacionamento foi construído na área verde. No Setor de Clubes Sul, mais uma mudança de destinação de área

Bronca nos agressores

Valéria Feitoza
Da equipe do **Correio**

No lugar de árvores, asfalto. A quadra 110 Norte ainda nem tem prédios residenciais — estão todos em construção —, mas já ganhou um estacionamento. Os moradores e frequentadores do comércio local comemoram, já que agora não sofrem tanto para estacionar seus carros. Mas o estacionamento, que tem cerca de 10 metros de largura e atravessa toda a quadra, é na verdade mais uma agressão ao tombamento de Brasília. Está exatamente onde deveria haver um cinturão verde, atrás dos prédios da comercial.

O Ministério Público Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entraram na Justiça com uma

ação civil pública, com pedido de liminar, exigindo a destruição imediata do estacionamento e a recomposição da área verde que deveria estar no local. “Não sabemos se quem construiu aquilo foi a Novacap ou alguma das construtoras que estão fazendo prédios na quadra. O que importa é que fere o tombamento e tem que ser retirado dali”, argumenta o procurador da República Alexandre Camanho.

A concepção urbana de Brasília no projeto de Lucio Costa obedece a quatro escalas distintas. Uma delas, a escala bucólica, determina que entre as áreas comerciais e residenciais do Plano Piloto deve haver uma faixa verde onde nada pode ser construído. Qualquer intervenção nesta área depende de autorização do Iphan, o que não foi feito no caso

do estacionamento da 110 Norte.

O Ministério Público Federal tomou conhecimento da existência do estacionamento no final de janeiro. “Imediatamente enviamos ofício à Administração Regional de Brasília para que enviasse fiscais ao local e determinasse a paralisação imediata do arruamento. Mas a Administração não fez nada”, conta Camanho.

O administrador de Brasília, Antônio Gomes, esclarece que a Administração Regional não deu autorização para a construção do estacionamento, que pertence a um condomínio de moradores e comerciantes da área. “Nós já notificamos os responsáveis, mas eles recorreram e o nosso departamento de aprovação de projetos ainda não analisou o caso deles”, acrescenta. A Administra-

Adauto Cruz



ESTACIONAMENTO NA 110 NORTE FERE AS NORMAS DO TOMBAMENTO

ção ainda não foi informada oficialmente sobre a ação do Ministério Público e do Iphan, mas Gomes garante que vai se antecipar e exigir a destruição do estacionamento ainda esta semana.

SETOR DE CLUBES

Outra ação civil pública apresentada na semana passada pelo Ministério Público Federal é contra a mudança de destinação de mais uma área no Setor de Clubes Sul. A lei nº 2695, de 16 de março de 2001, de autoria

do deputado distrital Jorge Cauhy (PMDB), autoriza a Associação dos Servidores do CNPq a incluir em seu clube, no trecho 2, serviços de alojamento (leia-se: hotel), alimentação, lazer e similares.

“Esta lei é inconstitucional porque fere o tombamento”, argumenta o procurador Alexandre Camanho. Com a ação, o Ministério Público pretende obrigar o GDF a não conceder licença para nenhum tipo de edificação no clube que contrarie as especificações da área pelo tombamento.

Para o procurador, a aprovação da lei — que chegou a ser vetada pelo governador Roriz — pela Câmara Legislativa revela que a preservação de Brasília, para os deputados distritais, não passa de discurso. “Existe lá uma ou outra voz a favor da preservação, mas a verdade é que todos os projetos aprovados pela Câmara Legislativa relativos ao patrimônio sempre ferem o tombamento”, diz.

A argumentação do deputado Jorge Cauhy para a elaboração de um projeto de lei que contribui para a desfiguração do Setor de Clubes comprova o argumento do procurador. Segundo Cauhy, a construção de mais um hotel na beira do Lago Paranoá, onde só deveria haver clubes, vai incentivar o turismo em Brasília e diminuir o desemprego. “Ali já tem clube demais. O Distrito Federal precisa é de hotéis”, diz.

Mais chocante do que isso é o desconhecimento que o deputado demonstra ter acerca das normas especificadas no tombamento do Plano Piloto. “Não sei se a lei é inconstitucional. O dono do clube me procurou, pediu pra eu elaborar o projeto. Eu consultei minha assessoria, eles disseram que não tinha problema mudar a destinação, e eu fiz. Elaborei este projeto assim como outros, porque havia a conveniência”, explica Cauhy.